



11º Encontro Internacional de Política Social 18º Encontro Nacional de Política Social

Tema: Entre o capital e a vida: questão social,
crise ambiental e resistências

Vitória, ES, Brasil, 18 a 20 de agosto de 2026

Eixo: Democracia, participação e movimentos sociais

CPV da Maré: educação popular para o ingresso à Universidade

Lilian Angélica da Silva Souza¹

Camylla Neto Saldanha da Fonseca²

Letícia Silva de Abreu³

Maria Eduarda Porto dos Santos⁴

Resumo: Este trabalho apresenta a experiência no Curso Pré-Vestibular (CPV) comunitário do Complexo da Maré e a sua contribuição para o acesso à universidade. O texto é produzido por autoras egressas de escolas públicas, por meio de revisão bibliográfica e a narrativa de uma delas. Conclui afirmando o potencial formativo e sócio-político do CPV da Maré para o seu público, fundamentado na Educação Popular.

Palavras-chave: curso pré-vestibular; complexo da Maré; educação popular; formação social brasileira.

CPV in Maré: popular education for university admission

Abstract: This paper presents the experience of the community-based Preparatory Course for University Entrance (CPV) in the Maré Complex and its contribution to university access. The text is written by authors who graduated from public schools, through a bibliographic review and the narrative of one of them. It concludes by affirming the formative and socio-political potential of CPV in Maré for its audience, grounded in Popular Education.

Keywords: preparatory course for university entrance; Maré complex; popular education; Brazilian social formation.

1. Introdução

Pode-se afirmar que dentre as mais importantes políticas de ações afirmativas no Brasil, visando o ingresso de negros e pobres nas universidades, estão os pré-vestibulares comunitários. Para Carvalho (2006, p. 299), eles podem ser considerados “simultaneamente movimentos sociopolíticos de empoderamento, diversidade cultural e cidadania ativa, e instituições paraescolares lutando por ações inclusivas no ensino superior”. O autor destaca que, em relação à sua dimensão teórico-

¹Doutora em Políticas Públicas e Formação Humana, Professora da graduação e do Programa de Pós-graduação em Serviço Social (PPGSS), da UFRJ. E-mail: profa.lilian.assouza@gmail.com.

²Mestre em Serviço Social pelo PPGSS/UFRJ. E-mail: fonsecacamylla@gmail.com.

³Mestre em Serviço Social pelo PPGSS/UFRJ. E-mail: leticiabreufrj@gmail.com.

⁴Graduanda em Serviço Social pela UFRJ. E-mail: mariaeduardaportoufrj@gmail.com.

metodológica, estes cursos tendem a ser situados nas abordagens de Paulo Freire e no pensamento crítico-social.

Considerando que o sistema educacional brasileiro está assentado em um projeto burguês de acumulação e ampliação capitalista (Mészáros, 2008), o ingresso gratuito nas universidades públicas ou em instituições privadas por meio de bolsas, exige a superação de diversos entraves, sobretudo para grupos sociais subjugados à margem da sociedade. É que pensar em universalização da educação, exige problematizar os elementos políticos, econômicos, culturais e sociais que interferem diretamente na formação educacional de jovens e adultos, limitando suas oportunidades de ascensão, num ciclo de exclusão.

Neste contexto, cabe analisar como raça e território se relacionam para a exclusão de certos grupos sociais do acesso à universidade. Abordar o conceito de raça é entender como a formação social brasileira está atrelada à escravização e marginalização do povo negro, que teve sua vida atravessada por mecanismos de violência interseccionais, numa lógica colonizadora que perpetuou o significado social do negro a partir da sua desumanização. Logo, para investigar a educação no Brasil é necessário compreender a formação sócio-histórica do país, considerando a manutenção de poder daqueles que perpetuam as relações de opressão advindas do passado escravocrata brasileiro.

Segundo o Censo da Educação Superior de 2024, divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), menos de 23% dos jovens de 18 a 24 anos têm acesso ao ensino superior. Esse dado joga luz para as discrepâncias socioeducacionais enfrentadas por este público, para as quais o trabalho oferece respostas imediatas para a sua subsistência, mas também obstaculiza a entrada nas universidades. Nesse cenário, um conjunto de desigualdades sociais, como o desemprego, a fome, a falta de garantia de direitos sociais, concorrem para afastar as pessoas do espaço acadêmico.

Entretanto, embora não seja a única, a educação é uma relevante ferramenta para o combate à todas as formas de opressão. De fato, nos dizeres freirianos, ela não transforma o mundo, mas transforma as pessoas, e estas, por sua vez, transformam o mundo. Significa que educar é um ato político carregado de sentidos, dentre os quais a possibilidade de deslocamento dos sujeitos do lugar de oprimidos (Freire, 1987). Daí, o

trabalho de formação de base de movimentos sociais e dos pré-vestibulares populares como estratégia de organização coletiva na luta pela democratização do acesso ao ensino superior.

Por isso, valorizando o “lugar de fala” (Ribeiro, 2017) de uma ex-aluna do CPV Maré, abordamos o papel deste pré-vestibular, com base na Educação Popular, para a entrada de moradores locais nas universidades. Inferimos que ele venha contribuindo para a ascensão social, sobretudo de jovens negros, para o acesso à cultura e à educação de qualidade.

2. Entre a questão racial e a territorialidade

Na história do Ocidente, desde a Idade Média, o europeu reproduzia atividades segregacionistas sobre aqueles que considerava inferiores, para ocupar posição central. O processo de colonização da Ásia, da África e da América desenvolveu e enraizou o racismo culturalmente. Aquilo que antes era rechaçado, como os não-cristãos, ampliou-se para a diversidade cultural e, em seguida, para a cor da pele/traços negróides (Santos, 1984).

O dualismo entre o bom e o ruim é uma característica do Ocidente para a segregação. O padrão estabelecido para ocupar os espaços de privilégio são de indivíduos que compõem parte da classe dominante, que possui reconhecimento social e dados genéticos oriundos de antecedentes brancos. Estes se consideram promotores de uma sociedade com potencialidade para a igualdade entre os “homens”, pautando a suposta democracia e os direitos dos cidadãos.

A democracia é uma categoria criada no Estado republicano para representar a vontade do povo, a partir de votos populares para a escolha de seus representantes políticos partidários. Entretanto, as mulheres só alcançaram o pleno direito ao voto em 1946 e o direito universal foi conquistado com a Constituição Federal de 1988. Logo, a democracia foi utilizada como instrumento de exclusão em determinado período histórico, a ponto de não considerar mulheres e analfabetos como parte do povo que deveria ser representado.

A organização societária ocidental, enraizada na escravização dos corpos não brancos, fundamenta as pautas sociais em uma perspectiva que enxerga apenas o homem branco cisgênero heterossexual cristão como exemplo puro de raça humana.

Ele expressa o ponto de partida para a compreensão do outro que representa o seu oposto, logo, com menos ou nenhum direito. O outro é o oposto do bom e do normal, distante do homem ocidental no alcance da sua humanidade na organização social pós colonialismo.

É por meio desse entendimento que deve-se entender a formação sócio-histórica do Brasil para além das violências visíveis nesse período, visto que a violência colonial perpassa a esfera do físico, ao dizimar toda a complexidade dos povos negros (Fanon, 1952). Além de ser considerado com um ser despossuído de bens e de terras, o corpo negro é tomado como sinônimo de improdutividade e desqualificação. O racismo brasileiro representa os resquícios do período escravista e a tentativa falha da escravização dos indígenas, devido à incongruência de valores em relação à natureza das distintas culturas dos colonizados com os colonizadores.

Resultou na acentuação do tráfico negreiro para a exploração dos corpos negros em prol do comércio triangular, que tinha o objetivo de prover o desenvolvimento da Europa em função da exploração humana dos africanos sequestrados e trazidos para o Brasil, para trabalhar de forma escravizada, explorando as matérias-primas, para o usufruto do território de origem dos colonizadores (Williams, 1975).

Assim, a história do Brasil é cercada de violências há aproximadamente 500 anos, somando tortura, escravização, roubo, expulsão, genocídio, epistemicídio, desumanizações, assimilação, aculturação, miscigenação compulsória, doutrinação, assassinatos, estupros, desmatamento etc. (Gonzalez, 2010; Nascimento, 2017). Desse modo, reproduz o olhar sobre os afrodescendentes brasileiros como não humanos, como representantes da violência e do medo. Por isso, após a declaração do fim da escravização no Brasil, não existiram medidas de inclusão desses indivíduos na sociedade, mas foram mantidos os esforços para marginalizar sua religião, proibir suas manifestações culturais como a dança, as rodas de capoeiras e o canto, além de naturalizar as suas atividades laborais em ocupações mais desvalorizadas.

Outro ponto importante é a compreensão da relação raça e território, uma vez que a partir da negação da humanidade dos negros no Brasil, há um sistemático processo de impedimento da participação desses sujeitos na riqueza socialmente produzida. Desse modo, aqueles que antes estavam restritos ao trabalho forçado, se

veem perdidos, livres e sem atividades laborais, passando a ocupar os estratos mais vulneráveis e desfavorecidos socialmente.

Sem alternativa, boa parte permanece trabalhando em prol dos grandes senhores das fazendas, sob a falsa ideia de liberdade e pretensa noção de permanência das violências antes sofridas. Com o trabalho árduo e mal pago, a expulsão das grandes cidades pautadas pela desumanização e a naturalização do negro como perigoso, os sujeitos recém libertos formam suas moradias nas partes mais desassistidas da cidade, visando estar mais perto do ambiente de trabalho, como forma de sobrevivência.

Sem o acesso a políticas de inclusão e à terra para a reestruturação social dos negros, a lógica de exclusão é fortalecida, valorizando a migração europeia e urbanização pautada na expulsão daqueles que são considerados pobres. Assim, a população negra que integra majoritariamente a classe mais pobre no Brasil, passa a ocupar as periferias, expandindo o território das favelas, onde o Estado se revela como ausente para a proteção social e presente para a segurança pública.

Desse modo, como afirma Cida Bento (2022), a existência do negro no Brasil é pautada a partir da negação de sua existência e negação do racismo no país. As instituições perpetuam essa lógica excludente por meio do pacto social estabelecido silenciosamente entre os brancos, a partir da noção de superioridade de sua raça sobre os não-brancos. Assim se estabelece a estrutura desigual baseada na obstaculização de oportunidades aos negros e sua segregação em espaços periféricos e marginalizados.

Os movimentos sociais e pré-vestibulares comunitários, possuem papel crucial para a formação da consciência política dos indivíduos. Um importante marco dessas organizações coletivas foi a promulgação da Lei de Cotas - Lei nº 12.711/12 - e seu objetivo em reduzir os efeitos das desigualdades estruturais na educação, levando em consideração quesitos como raça, renda e inclusão de pessoas com deficiência no acesso ao ensino superior, por meio de reserva de vagas.

A lei foi promulgada a partir da organização política de diferentes grupos sociais que problematizam como as desigualdades afetam o acesso da população negra, pobre e/ou com deficiência ao ensino superior. Portanto, o trabalho realizado nos cursos preparatórios comunitários, dá visibilidade e amplia o debate sobre o acesso ao ensino superior, pensando a educação brasileira dentro dos processos históricos que oferecem as bases para a desigualdades presentes na realidade do país.

Logo, considerando a herança colonial da formação social brasileira, pode-se compreender que o acesso à universidade esteve, historicamente, voltado para as classes abastadas, majoritariamente composta pela população branca e com maior poder aquisitivo. Por isso, as estratégias de organização coletivas nos territórios periféricos para democratização do acesso à educação superior devem ser entendidas como mecanismo de combate às discrepâncias educacionais. Isso porque atuam sobre a realidade social e territorial em que cada indivíduo está inserido, entendendo as necessidades que cercam esses grupos e dialogando com o devir, como veremos com a experiência do Curso Pré-Vestibular da Maré, território periférico no município do Rio de Janeiro.

3. O CPV da Maré

Dizemos que a palavra Complexo vinculada à Maré possui sentidos próprios. Por um lado, estamos tratando de um conjunto de 16 favelas, caracterizado como bairro (Brasil, 1994), mas cuja densidade populacional é maior do que 96% dos municípios brasileiros. Estamos falando de um território que recebe atenção estatal, fundamentada no racismo institucional e no racismo ambiental, decorrente da classe social e da raça da maioria dos seus moradores. Por outro lado, justamente em razão de sua diversidade geracional, étnica e cultural, as expressões de organização coletiva e de resistência na Maré contra todas as arbitrariedades e pela garantia de direitos, são muito significativas (Souza; Souza, 2024).

Sem dúvidas, uma das mais importantes iniciativas, que é reflexo de um movimento iniciado desde a metade do século XX⁵, foi a fundação do CPV no final da década de 1990. Em nossa análise, o CPV contribui não apenas para a ascensão social da população pobre e, principalmente, negra da Maré, mas também para a construção de novos profissionais e intelectuais mais alinhados à uma leitura crítica da realidade. Desde a sua criação, cerca de 1.200 estudantes conseguiram ingressar em universidades públicas e particulares, tendo os mais diversos destinos, como mostra o exemplo abaixo.

⁵ Nos referimos ao CPV que integra a Redes da Maré (redesdamare.org.br). Esta, por sua vez, também foi fruto do associativismo local, que teve início com as lutas por condições dignas de moradia e de sobrevivência no território, sobretudo por meio do trabalho da paraibana Eliana Sousa na Nova Holanda, que se torna a favela mais politizada da Maré (Esperança, 2021).

Era início dos anos 2000 e pela segunda vez eu prestava vestibular. No primeiro ano, não foi possível obter a aprovação desejada, em razão da deficiência do ensino recebido no curso noturno em um Centro Integrado de Educação Pública (CIEP), ou “Brizolão”, durante todo o ensino médio, associada à rotina como trabalhadora. Mas, como Cria da Nova Holanda e parte dos quase 140 mil habitantes do Complexo da Maré (Redes da Maré, 2019), participar do Curso Pré-Vestibular (CPV), me levou a alcançar um universo de possibilidades, até então desconhecidos. Foi assim que eu fiz dois cursos de graduação como bolsista integral da PUC-Rio, duas pós-graduações lato sensu, mestrado, doutorado e pesquisa de pós-doutorado em instituição pública, além de ter me tornado professora do magistério superior em universidade federal. Hoje, escrevo sobre a Maré junto com minhas alunas, algumas negras, lésbicas, pobres e periféricas, como continuidade do trabalho feito lá atrás pelo CPV (L. S, 2024).

Atualmente, são oferecidas 250 vagas em cinco turmas, nas favelas Nova Holanda, Vila dos Pinheiros e Vila do João, com aulas regulares de segunda à sexta-feira, sempre à noite, e aulas especiais aos finais de semana, contemplando os trabalhadores. Mas também são desenvolvidas atividades culturais e educacionais, dentro e fora da Maré, além de apoio psicossocial aos estudantes, que complementam a formação.

É importante ressaltar que, desde a sua criação, o trabalho do CPV é desenvolvido, majoritariamente, por moradores e ex-moradores da Maré, mobilizando uma grande parcela de jovens das favelas locais, tanto aqueles que sonham em acessar o ensino superior, quanto formandos e outros já formados, que retornam como profissionais “que sobem para puxar outros”. Tal característica se alinha aos preceitos da Educação Popular, que se dedica a valorizar os saberes ancestrais, tradicionais, coletivos, corporais e da oralidade.

Ao abordar a vinculação dos Cursos Pré-vestibulares comunitários com a história de concessão de bolsas na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Carvalho (2006) cita “grupos acadêmicos representativos de concepções mais escolarizadas e/ou de visões educativas próprias de movimentos de educação popular; outros parceiros mais vinculados ao pragmatismo das associações de moradores; organizações não governamentais – ONGs” (p. 301). Para o autor, os CPVs

Buscam constituir-se como alternativas de inclusão direcionadas a grupos étnicos e sociais excluídos; lutam por instituir medidas específicas com vistas à inclusão nas agendas das políticas universalistas de medidas específicas em prol da inclusão dos grupos discriminados, como políticas de cotas nas universidades e IES públicas e privadas e de ações afirmativas complementares; sob o prisma mais didático, desenvolvem projetos político-pedagógicos decorrentes dos pressupostos de abordagens crítico-social de conteúdos e do método Paulo Freire; ressaltam processos de ensino-

aprendizagem no contexto de um acentuado interacionismo sociocultural entre docentes e discentes, como alternativas de superação das barreiras psicopedagógicas à aprendizagem, de empoderamento coletivo e de convivialidade entre docentes (já há exemplos de ascensão social e educacional) e seus alunos em busca de espaços de afirmação grupal e pessoal (p. 305).

Dito de outra forma, a Educação Popular, refuta a lógica hierárquica, eurocêntrica e autoritária de transmissão do conhecimento, presente no modelo de “educação bancária” (Freire, 1987), e convoca os sujeitos sociais, a se posicionarem no centro do processo de criação e recriação de suas histórias. Com base nos estudos freirianos, Souza e Abreu (2024) reforçam que, sob esta perspectiva, as lideranças revolucionárias se implicam em tornar dialética a denúncia sobre a realidade social e o anúncio de outro projeto societário, viabilizado pela práxis emancipadora promovida política e coletivamente.

Em verdade, meus avós, dois migrantes nordestinos, ajudaram a fundar a Maré; em contrapartida, a Maré ajudou a formar os seus quase 10 filhos e a mim mesma. Eu conheci minha história ancestral na Maré, conheci as melhores pessoas da vida na Maré, conheci minha profissão na Maré, trabalhei na Redes, fiz pesquisa com a Eliana, encontrei refúgio e (re)encontrei um grande amor. A favela e os favelados me ensinaram sobre política, sobre cultura periférica e sobre modos de bem-viver (L. S, 2024).

Cumpre, ainda, destacar as atividades pedagógicas realizadas pelo CPV que levam os estudantes à problematização do trato estatal com as favelas e com seus moradores, e dos impactos socioeconômicos, ambientais, dentre outros, na sociedade capitalista, partindo do olhar sobre o seu próprio cotidiano. As aulas de campo, com as idas ao teatro, ao cinema e até viagens, além de criarem oportunidades criativas de ensino-aprendizagem, superam o formato educacional institucionalizado, ao aproximar os estudantes do objeto estudado, por meio de um processo contínuo de associações, críticas e elaborações próprias de assimilar o conhecimento.

Tais elementos renovam o entendimento de que “o compromisso com a emancipação humana se dá na práxis pedagógica na educação, estabelecendo um movimento de ação e reflexão, concomitantemente, entre o educando e o educador [...] e alcançam organizações públicas e privadas, movimentos sociais, dentre outros” (Souza; Abreu, 2024, p. 85). Por fim, há que se apontar a importância da orientação, individual e coletiva, oferecida pelo CPV aos estudantes que se preparam para acessar a universidade.

Na minha época era tudo muito novo. A gente não sabia muita coisa. Aí, no primeiro ano do CPV eu tinha passado para pedagogia na UERJ, mas não sabia que existia data no edital para fazer a matrícula. Por isso, eu perdi o prazo. Eu fiquei muito nervosa quando soube. Um amigo me acompanhou e nós fomos até o gabinete da reitora. Ela nos atendeu e disse: “Se você passou uma vez, você passa novamente”. Eu chorei horrores. Imagina a frustração para uma jovem trabalhadora, estudante do CIEP César Pernetta, que só queria uma vaga naquele que parecia um lugar muito distante da sua realidade. Mas, como ela previu, eu passei novamente para a UERJ. Voltei para fazer mestrado, doutorado e dar aula lá. Adoro a UERJ (L. S, 2024).

Em suma, a experiência do CPV da Maré ilustra a noção de que “nada sobre nós pode ser sem nós”. Em outros termos, “surge aí algo que merece ser contado e cantado. Surge um processo de trabalhar o conhecimento partindo da pobreza e da carência sem se limitar à pobreza e à carência” (Freire; Nogueira, 1993, p.53). Contudo, na analogia que construímos de que a Maré é Complexo, este trabalho ainda encontra muitos desafios.

A pesquisa de Carvalho (2006) apresentou resultados preocupantes acerca do perfil dos pré-vestibulandos comunitários no Grande Rio. Foram entrevistados 2.783 estudantes dos 97 CPV levantados pelo autor. O estudo apontou, entre outros fatores, que: 51% dos pais dos alunos tinham apenas o ensino fundamental e 38% das mães haviam concluído somente o antigo ensino primário; quase 50% declararam renda familiar inferior a dois salários-mínimos; e entre a conclusão do ensino médio e a entrada no curso pré-vestibular, o tempo era de cerca de 10 anos para 20% dos pré-vestibulandos.

Ademais, se pensarmos, por exemplo, no quantitativo de público em potencial para o CPV, que são os estudantes das escolas públicas dentro da Maré, temos cerca de 19 mil matrículas ativas, conforme dados do “Censo Escolar 2023”, apresentados na 4ª edição da “Análises: O Direito à Educação na Maré” (2024). Mesmo considerando que nem todos os estudantes são moradores do território, a relação entre esse número de alunos e aqueles que são aprovados em vestibulares, por intermédio do CPV, revela que ainda há um caminho a ser percorrido para atender a crescente demanda.

Tal análise também pode ser feita entre o total de moradores da Maré e o número de vagas disponíveis para cada ano no CPV. Tudo isso só demonstra a relevância do trabalho que já vem sendo feito há mais de 25 anos pelo CPV, ao passo que denuncia a emergência da efetiva atenção estatal visando a ampliação, elaboração e

a implementação de políticas públicas voltadas para o acesso e para a permanência de estudantes pobres, periféricos e, principalmente negros, nas universidades.

4. Considerações Finais

Este trabalho abordou a formação social brasileira envolvendo a crítica das relações raciais, com destaque para o território, a fim de ilustrar o contexto histórico e social que se desenvolve o trabalho do Curso Pré-Vestibular (CPV) comunitário do Complexo da Maré. A partir de revisão bibliográfica e da narrativa de uma das autoras, vimos que o CPV da Maré possui fundamental importância para o acesso à universidade de jovens moradores do território.

Além disso, situou o projeto político-pedagógico do CPV no escopo da Educação Popular, formulada por Paulo Freire, em prol de uma pedagogia emancipadora. O que foi possível observar é que o CPV, cumpre não só o papel de favorecer o ingresso no ensino superior, mas de atuar na formação de base de jovens e trabalhadores, em favor da luta pela educação como direito social inscrito na Constituição Federal de 1988, devendo ser gratuita, preferencialmente pública, socialmente referenciada e de qualidade.

5. Referências

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BRASIL. **Lei nº 2.119, de 19 de janeiro de 1994**. Cria o Bairro da Maré na XXX Região Administrativa e dá outras providências.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 30 ago. 2012.

CARVALHO, J. C. B. de. **Os cursos pré-vestibulares comunitários e seus condicionantes pedagógicos**. Cadernos de Pesquisa, v. 36, n. 128, p. 299-326, maio-ago. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/qMLsKvvrQqp8ymVQnGBnjtH/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 out. 2024.

ESPERANÇA, Vinicius. **Maré e suas representações - Das primeiras ocupações até as mais recentes intervenções urbanísticas**. Acervo, Rio de Janeiro, v. 34, n. 2, p. 1-23, maio/ago. 2021. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/>

index.php/revistaacervo/article/view/1639/1628. Acesso em: 21 set. 2023.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, P.; NOGUEIRA, A. **Que fazer: teoria e prática em educação popular**. 4. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1993.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. RIOS, Flávia.; LIMA, Marcia (Orgs.) 1. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Resumo técnico do Censo da Educação Superior 2024**. – Brasília, DF: Inep, 2025.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. 1ª reimpr. da 2ª. ed. – São Paulo: Perspectiva, 2017.

REDES DA MARÉ. Redes de Desenvolvimento da Maré. Rio de Janeiro: **Redes da Maré, 2019**. Rio de Janeiro. Censo Populacional da Maré. Disponível em: <https://apublica.org/wp-content/uploads/2020/07/censomare-web-04mai.pdf>. Acesso em: 04 out. 2024.

REDES DA MARÉ. Redes de Desenvolvimento da Maré. Rio de Janeiro. **Educação. Curso pré-vestibular. Pré-vestibular (CPV)**. Redes da Maré, s/d. Disponível em: <https://www.redesdamare.org.br/br/info/40/curso-pre-vestibular-cpv>. Acesso em: 04 out. 2024.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SANTOS, Joel Rufino dos. **O que é racismo**. São Paulo: Brasiliense, 1984. (Coleção Primeiros Passos).

SOUZA, Lilian Angélica da Silva; ABREU, Letícia Silva de. **Paulo Freire e as contribuições para a formação e o trabalho profissional de assistentes sociais**. In: RODRIGUEZ, Milagros Elena; FORTUNATO, Ivan (Orgs). **Ser Freiriano: Paulo Freire en la conformación del ser humano a la luz epistemológica de la práxis**. Itapetininga: Edições Hipótese, p. 79-92, 2024.

SOUZA, Lilian Angélica da Silva; SOUZA, Luciano da Silva. **“Questão social” e racismo ambiental: esgotamento sanitário como direito à cidade em uma favela do Complexo da Maré**. O Social em Questão - Ano XXVII - nº 59 – p. 335-356. Mai a Ago /2024. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/66475/66475.PDF>. Acesso: 19 out. 2024.

WILLIAMS, Eric. **Capitalismo e escravidão**. Rio de Janeiro: Editora Americana, 1975.